



AS DESIGUALDADES NA PRIMEIRA INFÂNCIA: UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA DO PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA MELHOR

KALITA TAQUES DE BRITO¹;

FRANCISCO DOS SANTOS KIELING ²

¹*Universidade Federal de Pelotas – kalitataques@gmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – franciscokieling@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

Este ensaio foi elaborado a partir da provocação realizada na disciplina de Sociologia V, que discute cânones da sociologia brasileira, no Curso de Ciências Sociais. A proposta foi a produção de um breve exercício analítico sobre temas do Brasil contemporâneo a partir de sociólogos locais, estudados ao longo do semestre 2024/1. Deste modo, este ensaio tem por objetivo analisar uma política pública contemporânea, o Programa Primeira Infância, a partir do referencial sociológico de Jessé de Souza.

O Programa Primeira Infância Melhor (PIM) busca enfrentar as desigualdades na primeira infância a partir da busca de inclusão dos filhos da classe de subcidadãos, ou da “ralé brasileira”, (SOUZA, 2003), no Estado do Rio Grande do Sul, tendo em vista que a primeira infância corresponde à fase dos 0 aos 6 anos de idade, e é um período crucial para o desenvolvimento de habilidades cerebrais essenciais que irão potencializar a aprendizagem dos indivíduos ao longo de toda a sua vida. De modo que:

Funções cognitivas mais especializadas como atenção, memória, planejamento, raciocínio e juízo crítico começam a se desenvolver na primeira infância por meio de habilidades como controle de impulsos, a capacidade de redirecionar atenção e de lembrar de regras. Os circuitos cerebrais responsáveis por tais funções serão refinados durante a adolescência até a maioridade, mas as conexões fundamentais começam a se estabelecer nos primeiros anos de vida. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2014, p.5)

Sendo assim, o meio onde a criança se encontra e com o qual interage deve promover segurança, saúde, nutrição, cuidado e estimulação de suas funções cognitivas, motoras, socioafetivas e de linguagem para que, assim, ela se desenvolva integralmente. Contudo, quando o meio em que a criança se encontra é vulnerável e não proporciona saúde, nutrição, segurança e os estímulos necessários para o seu desenvolvimento integral, toda a sua trajetória escolar, social, cultural e econômica é comprometida, tendo em vista que nessa fase de crescimento a estrutura cerebral é altamente receptiva e a ausência de estímulos, ou a ocorrência de estímulos negativos, podem deixar marcas duradouras em sua vida (2014).

Como consequência destas acumulações de estímulos negativos temos como exemplo os altos níveis de estresse nocivo no cérebro em desenvolvimento, causado pelo ambiente vulnerável em que a criança se encontra, que pode alterar a formação de circuitos neuroniais, comprometer o desenvolvimento de estruturas como o hipocampo, que é uma região cerebral essencial para a aprendizagem e memória, e retardar o

desenvolvimento neuropsicomotor do indivíduo. Deste modo, pensar as desigualdades a partir da socialização familiar é pensar nas desigualdades a partir de sua base e por onde ela se reproduz.

Posto isto, para embasar a tese defendida neste ensaio de que o programa PIM é um meio de reduzir as desigualdades que afetam o pleno desenvolvimento de milhões de crianças no Brasil e que são reproduzidas nas socializações familiares, trabalharei com os conceitos do sociólogo Jessé Souza de “ralé brasileira” e subcidadania, que seria a classe dos excluídos e marginalizados que estão abaixo da linha da “dignidade” no País.

A teoria de Jessé vai contra o mito da meritocracia estabelecido e difundido nas sociedades capitalistas, mito este que consiste na crença de que os cidadãos das mais distintas classes e origens são pessoas dotadas das mesmas características e oportunidades, não levando em conta a análise dos aspectos culturais e sociais que são fundamentais para se entender as diferentes classes sociais que se encontram dentro das sociedades capitalistas.

Assim, o sociólogo constitui uma noção de classe que parte dos capitais econômico e cultural, e avança para a análise das disposições à vida numa sociedade competitiva, que possui características imateriais e valorativas, cuja instituição transmissora é a família. Segundo Souza, a socialização familiar dos indivíduos, que ocorre através de um processo intergeracional de transmissão de valores e hábitos, os quais as pessoas das classes média e alta tendem a enxergar como naturais, é, na verdade, a maior responsável pelo privilégio de classe.

Dado que valores e hábitos como o autocontrole, a autoconfiança, o pensamento prospectivo, a disciplina, a capacidade de concentração e aprendizagem, entre outros, são transmitidos nesse processo de forma inevidente. Esses valores e modos de agir e pensar, que costumam ser os mais valorizados social e economicamente no mercado de trabalho, são ensinados de forma inexplícita na educação familiar das classes média e alta, tornando-se, com o tempo, parte do corpo das pessoas e figurando-se como reflexos inconscientes do ser, enquanto a classe ironicamente chamada de “ralé” por Souza, sendo correspondente a um terço da população brasileira, destituída de ambos os capitais cultural e econômico, e, mais do que isso, destituída dos meios para obtê-los – as disposições sociais para a vida competitiva –, uma vez que é caracterizada pela vulnerabilidade do núcleo familiar e pela completa carência material, é completamente e constantemente desprivilegiada dessa transmissão de valores e hábitos.

Portanto, com base no que aqui já abordado, este ensaio busca trazer o PIM como uma alternativa no combate às desigualdades na primeira infância, posto que o programa é uma política pública transversal de ação socioeducativa, criada em 2003 no Estado do Rio Grande do Sul, que busca promover o desenvolvimento integral na primeira infância, por meio de visitas domiciliares e comunitárias realizadas semanalmente às famílias, que possuem gestantes ou crianças de 0 até 6 anos, em situação de risco e vulnerabilidade social. Assim, a atuação do programa está dedicada à interação parental positiva, à articulação em rede para identificação das necessidades da família e a vigilância e promoção do desenvolvimento integral infantil, que abrange o desenvolvimento de funções motoras, cognitivas, socioafetivas e de linguagem.

2. ATIVIDADES REALIZADAS

O desenvolvimento deste ensaio consistiu na execução de uma análise sociológica acerca das desigualdades que assolam a primeira infância e na avaliação do programa PIM como uma tentativa de resgatar e incluir os subcidadãos, ou a “ralé”, no Estado do Rio Grande do Sul. Para cumpri-lo foram, inicialmente, realizadas as leituras da obra “A construção social da subcidadania” (Souza, 2003) e da obra “O impacto do Desenvolvimento na Primeira Infância na Aprendizagem” (Ministério da Saúde, 2014), onde procurei analisar a questão tanto das desigualdades sociais quanto da socialização familiar, a fim de relacionar suas ideias e conteúdos com o PIM.

O tema do ensaio voltado a questão das desigualdades sociais na primeira infância e da análise do PIM como forma de combate a estas desigualdades, surgiu a partir do dia 5 de julho de 2024, quando comecei a trabalhar na Prefeitura Municipal de Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul, como visitadora do programa PIM e do Programa Criança Feliz, e, posteriormente, a tentativa de se vincular e relacionar este tema com os conceitos de Jessé Souza de subcidadania e de “ralé brasileira” se deu através da apresentação do sociólogo em sala de aula na disciplina de sociologia V, do curso de graduação em licenciatura em ciências sociais, da Universidade Federal de Pelotas, no semestre 2024/1. Deste modo, comecei a olhar para o tema da primeira infância de uma forma mais sensível e sociológica a partir destes dois momentos.

Sendo assim, após a definição do tema do ensaio e dos textos bases para a sua realização, a obra de Jessé Souza (2003) e a obra do Ministério da Saúde (2014), decidi por fazer uma busca em artigos, enciclopédias, notícias e páginas oficiais na internet por estudos que esclarecessem e se aprofundassem na questão das desigualdades na primeira infância, nos conceitos do sociólogo Jessé Souza de subcidadania e “ralé brasileira” e na implementação e desenvolvimento do programa PIM no Estado do Rio Grande do Sul. Resultando, assim, em uma pesquisa bibliográfica que se concentrou em sua grande maioria na análise de artigos acadêmicos que se voltavam para as questões de estudo do tema proposto neste ensaio.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Jessé de Souza, a sociedade brasileira fundamenta-se numa injustiça social absoluta, assentada na desigualdade completa de oportunidades, que são entendidas não apenas em âmbito material, mas também imaterial e simbólico, entre os indivíduos das mais diferentes classes sociais. Onde o privilégio de classe é naturalizado e advém do processo de socialização familiar, que, contudo, é seguidamente silenciado pela classe que mais se beneficia e adquire esse privilégio, o que acaba por potencializar o senso comum de que a base do seu privilégio não advém da sua socialização familiar, mas sim do mito da meritocracia, que por sua vez difunde a ideia de que todos são iguais por natureza e que possuem os mesmos meios competitivos. Desse modo, o mito da meritocracia, difundido no senso comum, nega uma série de estudos que mostram que todo o processo pelo qual cada indivíduo vivencia ao longo da sua vida, principalmente durante a sua infância, influenciará em grande medida no desempenho e obtenção de “sucesso” nas diversas áreas de sua vida, desde a escola, o mercado de trabalho, e até mesmos em suas relações afetivas.

Dessa forma, a obra de Jessé Souza (2003) é uma tentativa de desconstrução completa do mito da meritocracia, onde o sociólogo desenvolve o conceito de subcidadania e de “ralé brasileira” para se referir a classe que é marcada pela carência de capital social, cultural e econômico. O que acaba por resultar, assim, na incapacidade desta classe de possuir as bases da socialização e da organização familiar necessárias para a transmissão de valores que representam os meios de obtenção de conhecimento intelectual que são valorizados em nossa sociedade capitalista, o que acaba por ocasionar na constante marginalização, inferiorização e negação dos direitos mais básicos e essenciais para a cidadania plena desses indivíduos.

Portanto, a desigualdade é construída desde a socialização familiar, principalmente na primeira infância, dado que é na primeira infância, fase que corresponde dos 0 aos 6 anos de idade, que os indivíduos irão desenvolver suas funções cognitivas, motoras, socioafetivas e de linguagem, caracterizando-se, assim, como um período crucial para o desenvolvimento de habilidades cerebrais fundamentais que irão potencializar a atenção, a memória, o planejamento, o raciocínio, a autoconfiança, o autocontrole, o juízo crítico e a aprendizagem dos indivíduos ao longo de toda a sua vida. Logo, políticas públicas voltadas para a primeira infância, como o programa PIM, são extremamente essenciais para resgatar a classe de subcidadãos e incluí-los de fato na cidadania plena brasileira.

Deste modo, o PIM, que é uma política pública transversal de ação socioeducativa, criada em 2003 no Estado do Rio Grande do Sul, que busca promover o desenvolvimento integral na primeira infância, por meio de visitas domiciliares e comunitárias realizadas semanalmente às famílias onde são com elas trabalhadas diversas atividades visando o desenvolvimento motor, cognitivo, socioafetivo e de linguagem de suas crianças, é um meio de enfrentamento das desigualdades, posto que o programa atua na construção da interação parental positiva, na articulação em rede para identificação das necessidades das famílias e na vigilância e promoção do desenvolvimento integral infantil.

Por conseguinte, quanto maior a captação de famílias e crianças por programas sociais voltados para a primeira infância, como o PIM, menores serão as possibilidades das desigualdades sociais serem transmitidas através da socialização destas famílias.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SOUZA, Jessé. **A Construção Social da Subcidadania: Para uma Sociologia Política da Modernidade Periférica**, Ed. UFMG, 2003.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. O impacto do Desenvolvimento na Primeira Infância na Aprendizagem. **Comitê Científico, Núcleo Ciência pela Infância**, Brasília, 2014

SOUZA, Andreia da Silva. MARTINS, Silvana Janine Maganha. GONÇALVES, Suelen Castilho. Programa criança feliz e primeira infância melhor: um olhar voltado para a primeira infância. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, v.7, n.14, jan-jul. 2024

ZORZAN, Scheila Paula. Programa Primeira Infância Melhor, um exemplo de boas práticas em educação. **Revista Educação por Escrito**, v.2, n.1, jun. 2011.